

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **ATA NÚMERO SESSENTA E CINCO** -----

----- No dia vinte e um de abril de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, reuniu em Sessão Extraordinária na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da primeira sessão do Debate Temático subordinado ao tema “*Demografia e Migrações*”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, António José Amaral Ferreira de Lemos, Patrícia Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Ana Luísa Flores de Moura Regedor e Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor Manuel Pereira Dias

Gonçalves, Luís António de Lagos Vian Costa, Natacha Machado Amaro e Margarida de Morais.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Maria da Graça Pinto Ferreira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, por um dia, tendo sido substituída por Luís Vian Costa. -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituída por Margarida de Morais. -----

----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Barata.-----

----- Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Miguel Tiago Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão Lavadinho. -----

----- Miguel Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos. -----

----- Maria Luísa Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Diogo Moura. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Iniciada a reunião, eram dezoito horas e trinta minutos. -----

----- ABERTURA DOS TRABALHOS -----

----- PRIMEIRA SESSÃO -----

-----“**Migrações e Evolução Demográfica em Lisboa – O que Sabemos**” -----

----- O painel teve como Moderador o Senhor Deputado Municipal **José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão** e como Relatores os Senhores Deputados Municipais **João Manuel Costa de Magalhães Pereira** e **José Roque Alexandre**. ----

----- Participaram no debate, na qualidade de oradores convidados: **Joana Lopes Martins**, Investigadora da SociNova Migrações, Membro do projeto PORDATA; **Jorge Malheiros**, Professor Universitário e especialista em migrações - IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa; **Manuel Correia**, Representante da CGTP-IN no Conselho para as Migrações, Dirigente da Frente Anti-Racista; **Rui Pena Pires**, Investigador no Observatório sobre a Emigração, CIES, ISCTE-IUL; Timóteo Macedo, Dirigente da SOLIM – Associação Solidariedade Imigrante e Membro do CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania. -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Como sabem, inicia-se hoje um conjunto de debates sobre Migrações e Demografia, um debate temático organizado pela Assembleia Municipal aberto à participação não apenas dos diferentes grupos representados na Assembleia Municipal, mas também todos os cidadãos e cidadãs que previamente se inscrevam para participar nesse debate. -----

----- Hoje a compreensão das migrações internacionais e a relação entre os movimentos de emigração e imigração, com a evolução demográfica em Lisboa, constitui um enorme desafio que só por si justifica a realização deste debate. -----

----- A diminuição da taxa de natalidade, o saldo migratório negativo, conjugados com o aumento da esperança média de vida, têm certamente consequência sobre a evolução demográfica na nossa cidade. Esta situação vem sendo acompanhada na Cidade de Lisboa, da perda de população, com destaque para a população em idade ativa e por um elevado envelhecimento populacional. -----

----- Por um lado é necessário conhecer o real estado dos imigrantes que residem ou trabalham na cidade e, por outro, importa ter uma compreensão exata da população emigrada da Cidade de Lisboa, nomeadamente as suas consequências socioeconómicas e demográficas para a cidade. -----

----- Precisamos de ter um conhecimento assente em dados estatísticos fiáveis da atual situação, compreender os fatores que estimulam esta tendência e perceber os desafios que colocam à cidade. -----

----- Torna-se necessário avaliarmos as propostas existentes que sejam necessárias de forma a permitir desenhar políticas municipais adequadas à atual conjuntura. Este é o desafio que temos, para o qual contamos com os contributos dos nossos oradores convidados e também com a participação de todos os cidadãos interessados, incluindo os imigrantes que aqui vivem e trabalham e também com a participação ativa de todos os Deputados Municipais que o pretendam. -----

----- Os oradores estão aqui em termos pessoais. São pessoas que de uma forma variada, ou por uma ação académica, pelos trabalhos publicados, como é o caso da Doutora Joana Lopes Martins, mas também pela atividade militante nas causas sociais e cívicas de vários membros. Estão aqui para nos dar o seu contributo, as suas achegas, para nós conhecermos melhor os dados, os números. Esta sessão é centrada no conhecer os dados, os números, e depois será trabalhada nas sessões seguintes de forma a podermos tirar no final conclusões práticas que melhorem a nossa atuação.” ---

----- **Joana Lopes Martins**, Investigadora da SociNova Migrações, Membro do projeto PORDATA: -----

----- (Acompanhou a sua intervenção com uma apresentação, que fica anexada a esta ata como **Anexo 1** e dela faz parte integrante) -----

----- “Começo naturalmente por agradecer o convite que me foi endereçado para estar aqui presente hoje e faço-o com um especial entusiasmo por ver que este debate sobre migrações começa justamente pelos dados, pelos números, pelos factos. Isto porquê? --

----- Atualmente há um grande debate nesse sentido em termos internacionais, cada vez mais reconhecendo a importância dos dados e da estatística como uma

infraestrutura do Estado, porque poderíamos pensar que hoje é tão importante para os Estados terem bons dados estatísticos como terem por exemplo boas infraestruturas rodoviárias, escolares, educacionais, por aí fora. E porquê? -----

----- Porque efetivamente só com o acesso aos bons dados é que podemos por um lado fazer bons diagnósticos, mas também são estes dados que vão permitir posteriormente avaliar as decisões que são tomadas com base nesses diagnósticos e nessas recomendações. -----

----- De algum modo são estes dados que vamos apresentando ao longo destas sessões, que daqui a uns anos possibilitarão voltarmos aqui e discutir e perceber se efetivamente conseguimos avançar e em que sentido é que caminhamos. -----

----- Por outro lado, são estes dados também hoje um instrumento fundamental para promover a cidadania e a participação. É com cidadãos que têm acesso aos dados e que têm as ferramentas para compreender esses dados que podemos por um lado construir a opinião, mas também dar os instrumentos para que os cidadãos possam ter uma atitude de promoção de *accountability*, da responsabilização daqueles que de facto assumem determinadas responsabilidades públicas. Portanto, é animador que os dados hoje já tenham esta importância entre nós. -----

----- Por outro lado, permitam-me também fazer uma referência, sendo que atualmente todos temos estado atentos com certeza ao que se está a passar no Mediterrâneo, para mais uma vez sublinhar que apesar de estarmos aqui a discutir as migrações no contexto de Lisboa, eventualmente as migrações são um dos principais fenómenos que traduzem a globalização do mundo hoje. Portanto, em rigor, apesar de serem necessárias respostas locais, não podemos esquecer a indispensável inter-relação com o que se passa no resto do mundo e nomeadamente com aqueles que são os países de origem. -----

----- Em termos de tendências demográficas, obviamente que as tendências demográficas da Cidade de Lisboa são conhecidas. Se olharmos para aquilo que são os dados dos recenseamentos da população verificamos que continuamos a diminuir de população. Então se olharmos para o volume populacional nos anos sessenta, percebemos que perdemos mais de 250 mil residentes. Por um lado temos esta diminuição da população e por outro lado temos uma diminuição em termos de peso relativo no conjunto dos municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa e mesmo no País. -----

----- Obviamente que este é o dado, agora, a interpretação que fazemos sobre ele é uma outra questão, se é efetivamente um problema a diminuição da população, se é um problema a expressão relativa, é todo um outro debate. Os estudos na área da demografia e nomeadamente na área da demografia política tendem a trazer esta reflexão, o número traduz também o poder e influência, se o facto de um país ou um município diminuir a sua população traduz também uma diminuição da influência que tem no conjunto do país ou no conjunto das relações internacionais. -----

----- Obviamente que aqui Lisboa terá uma posição que torna esta reflexão muito mais complexa, porque estamos aqui a falar de residentes e sabemos que Lisboa vive muito para além daquilo que são os residentes. Aqueles que habitam a cidade em rigor,

aqueles que cá estão diariamente não são só aqueles que aqui têm residência e, portanto, esta discussão merece ser um bocadinho complexificada no caso de Lisboa.--

----- Por outro lado, temos também a questão de estarmos a envelhecer. Nesta relação entre jovens e idosos, em 1960 tínhamos mais jovens do que idosos, atualmente temos claramente mais idosos do que jovens e mais uma vez isto merece ser pensado, até que ponto é que isto é um desafio que traduz mudanças sociais específicas, ou até que ponto também traduz alguns problemas com os quais teremos de lidar. -----

----- Quando por vezes alguns discursos menos favoráveis à imigração surgem, perante estas tendências somos obrigados a pensar se o problema está na diminuição da população e no envelhecimento e no combate a estas tendências, ou se quando há uma rejeição da imigração a questão é muitas vezes tentar perceber que tipo de residentes é que muitas vezes estas pessoas estão a defender para a cidade e para o País. A questão também de saber quem habita a cidade.-----

----- Por outro lado, para pensarmos esta evolução, esta tendência, importa perceber também o que é que está por trás. Se olharmos para a linha vermelha percebemos que por um lado temos tido nos últimos anos sempre mais óbitos que nascimentos, mas por outro lado temos tido também uma outra tendência ainda mais expressiva do que esta, que é muito mais saídas do que entradas, muito mais pessoas a sair da Cidade de Lisboa do que aquelas que entram.-----

----- Quando queremos começar a pensar em particular nas migrações é fundamental também estarmos todos de acordo, ou pelo menos termos uma plataforma de entendimento relativamente aos conceitos que vamos utilizar e para perceber que muitas vezes podemos ficar perdidos nas estatísticas, mas atualmente já temos dados de grande qualidade no nosso País e aqui o importante é perceber o que é que estes dados nos dizem.-----

----- Começo pela questão dos estrangeiros e dos imigrantes. Se formos a uma mesma fonte, o último recenseamento da população de 2011, se olharmos para o número de estrangeiros e para o número de imigrantes, na verdade aquilo que está em causa é o número daqueles que nasceram noutro país que não Portugal. No momento o conceito de imigração pressupõe a mudança de residência por um período superior a um ano e a medida que temos mais próxima desta é de facto o país de nascimento, pensando que se esse país não é Portugal então, obviamente, terá existido esta mudança de residência.-----

----- Uma mesma fonte, o último recenseamento geral da população, dá-nos dois números distintos, mas é importante não esquecer que os dados sobre estrangeiros estão-nos a dar simplesmente aqueles que têm como estatuto legal, como cidadania, uma cidadania não portuguesa. Estes universos são efetivamente distintos, é preciso é sabermos quando os estamos a utilizar o que é que efetivamente os dados nos dizem e podemos ter estrangeiros que são imigrantes ou estrangeiros que não são imigrantes e vice-versa.-----

----- Por outro lado, a importância da escolha das fontes. Se mais uma vez formos buscar dados do recenseamento e comparar com registos administrativos, para o mesmo ano também vamos ter informação distinta. No caso dos dados do

recenseamento, aqui referenciados como fonte INE, temos estrangeiros que residiam no município há pelo menos um ano e no outro caso temos cidadãos que estão registados como autorização de residência independentemente de estarem há um ano ou não. Mais uma vez os universos não são totalmente convergentes e daqui aquilo que parecem ser disparidades. -----

----- Olhando para alguns números, aqui temos os tais dados de fonte SEF, os tais registos administrativos da população estrangeira, percebendo que apesar de Lisboa ter o maior número de estrangeiros no conjunto dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, não é aquele que tem maior percentagem. Em todo o caso tem uma percentagem claramente superior, com 8,6% de população estrangeira, à média do País. Por outro lado, perceber que algumas das nacionalidades presentes, Brasil, China e Cabo Verde, só estas três nacionalidades representam já 40% da população estrangeira residente no município. -----

----- Se fizéssemos uma análise mais fina perceberíamos também que esta população, em termos de residência, não se distribui uniformemente pelas diferentes freguesias. Penso que uma antiga freguesia, Santa Maria dos Olivais, que é uma das freguesias em 2011 com maior presença de residentes estrangeiros mas não era aquela onde a percentagem de estrangeiros era superior. Acabam por estar mais diluídos na população.-----

----- Por outro lado, Arroios era uma das freguesias com maior percentagem e com maior número absoluto. -----

----- É importante também perceber estas disparidades dentro da cidade, dentro do município.-----

----- Trazia estes dados para mostrar que apesar de tendência de diminuição da população geral no município, quando olhamos para os últimos anos da população estrangeira legal residente não temos essa tendência de diminuição. Também não temos uma tendência de aumento, mas temos uma estabilização que parece vir ao arrepiro daquilo que é a tendência geral e isto quer dizer que se calhar estão a contribuir para que a diminuição ainda não seja mais expressiva.-----

----- Reparem que tenho estado a apresentar dados de população estrangeira de 2013 e aqui volto aos dados do recenseamento, para dizer que se olharmos para a população de naturalidade não portuguesa a percentagem subia para os 12% dos residentes. Há pouco estávamos a falar de 8% de estrangeiros, em 2011 seriam 6%, o que queria dizer que duplicava se estivéssemos a falar de população de naturalidade não portuguesa.-----

----- Obviamente que aqui podemos estar a incluir os chamados retornados, podemos estar a falar de indivíduos com naturalidade não portuguesa que chegaram há 30 anos e que chegaram há um ano. Temos situações muito diversas em termos de imigração e obviamente que não conseguimos chegar a esse detalhe nestes dados.-----

----- Por outro lado, trazia este quadro para mostrar que quando pensamos nas colunas mais à direita, população proveniente de outro município ou de outro país relativamente a 2005 e 2009, a referência é a população inquirida em 2011, onde é que esta população estava em 2005 e em 2009. Aqueles que disseram que não

estavam cá porque viviam noutra lugar, ainda assim é maior o número daqueles que diziam que não estavam cá porque estavam noutra município do que os que não estavam cá por estarem noutra país. -----

----- Obviamente que parte destes podem vir de um município limítrofe, podem estar a chegar de Oeiras ou de Setúbal, outros podem estar a chegar de municípios como Freixo de Espada à Cinta. Há aqui situações muito díspares, mas a importância das migrações internas vale a pena manter presente. -----

----- Outros números importantes, a questão dos casamentos, 20% dos casamentos no País em que um dos cônjuges ou ambos não são portugueses registam-se em Lisboa. Se olharmos só para o caso de Lisboa, já são mais de 30% os casamentos, quase 40%, em que um dos cônjuges não é nacional. -----

----- Por outro lado, quando olhamos para os nascimentos vemos também que temos já uma percentagem de 15% ou 16% nos últimos anos de nascimentos que ocorrem de mães residentes em Lisboa, que são mães estrangeiras, quase o dobro daquilo que é a percentagem nacional. -----

----- Com estes dois dados simplesmente para dizer que, apesar de tudo, também por esta dimensão da natalidade há uma contribuição da população estrangeira na demografia da cidade. -----

----- Finalmente um último dado, a questão dos recenseados. Tínhamos cerca de meio milhão de recenseados em 2013 em Lisboa, destes quase 3 mil eram estrangeiros, não chegavam a 3 mil, ou seja menos de 1%. No entanto, 20% dos recenseados estrangeiros do País estão em Lisboa, uma percentagem bastante superior ao total do País. -----

----- Obviamente que há algumas reflexões também a tirar, porque é que isto acontece, porque é que as pessoas não se estão a recensear, este distanciamento das esferas de participação à política formal. Em jeito de conclusão algumas pistas para se calhar debatermos, esta necessidade de pensar a cidade por um lado na relação com o País, na relação com outros municípios, nomeadamente municípios limítrofes, e também a própria diversidade interna do município. -----

----- Por outro lado, a importância da contribuição desta população não só para o volume total de residentes, mas também para aquilo que são os fenómenos de comportamentos populacionais, nomeadamente os nascimentos e os casamentos. -----

----- No caso trouxe dados sobre a participação política formal, mas podíamos alargar à participação cívica e política e, finalmente, a questão das migrações internas, que não deixa de ser uma questão que nos deve merecer alguma reflexão.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “A Doutora Joana poder-nos-á ceder essa apresentação, teremos muito gosto em disponibilizá-la no site da Assembleia, porque são dados que me parecem extremamente úteis para os nossos trabalhos. No final poderá ainda acrescentar mais alguma coisa. -----

----- Daria agora a palavra ao Doutor Jorge Malheiros, Professor Universitário, especialista em migrações do IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, que tem trabalhado muito as migrações. -----

----- **Jorge Malheiros**, Professor Universitário, especialista em migrações do IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa:-----
----- (Acompanhou a sua intervenção com uma apresentação, que fica anexada a esta ata como **Anexo 2** e dela faz parte integrante) -----
----- “Boa tarde. Agradeço a oportunidade para discutir isto, de qualquer maneira há aqui uma inerência. Estando nós a trabalhar no primeiro Plano Municipal Para a Integração dos Imigrantes de Lisboa, inevitavelmente tinha de haver aqui vários momentos de discussão deste Plano até à sua concretização enquanto um dos documentos de estratégia municipal, neste caso para a integração dos imigrantes.-----
----- Este primeiro momento de discussão em contexto de Assembleia Municipal parece-nos particularmente importante. Aqui vamos falar só sobre o diagnóstico, mas na forma de trabalho que de alguma maneira fica estabelecida no contexto da elaboração deste plano, vai-se mais longe do que apenas no diagnóstico. -----
----- Isto resulta de uma intenção do Município e do Conselho Municipal Para a Interculturalidade, mas também do quadro de interesses do próprio, hoje, Alto Comissariado Para as Migrações, de promover a elaboração de planos municipais de integração dos imigrantes em vários municípios do País. -----
----- A minha opinião não é completamente coincidente com a do ACM, de resto ela tende agora a ser mais divergente em várias coisas do que já foi no passado. Eu acho que é preciso haver planos municipais de integração de imigrantes nalguns municípios, não necessariamente em todos. Entendo eu que se há um município onde se justifique haver um plano municipal para a integração dos imigrantes, com este nome ou com outro, esse é Lisboa, que pode ser o primeiro município com imigrantes do País mas que se calhar é o segundo, porque eu tenho dúvidas que os dados do SEF, que mostram que é aquele que tem mais, correspondam de facto àquilo que acontece, porque os dados do SEF o que dizem é que uma vez tiveram residência em Lisboa, não quer dizer que tenham sempre. -----
----- Muitas vezes o SEF não atualiza as moradas e, portanto, o resultado é nós sabermos que a entrada social se faz muito por Lisboa, que os serviços estão aqui. Ora., isso não significa que passados três anos as pessoas não vão para a periferia, onde a habitação é muitas vezes mais barata. Eu creio que Lisboa e Sintra serão aqui os dois municípios com mais imigrantes do País.-----
----- É muito útil a apresentação da Joana, porque relativamente a uma série de informação já nos clarificou os dados.-----
----- Este trabalho tem sido muito interessante em termos de produção do plano, porque para além de juntar a equipa do Centro de Estudos Geográficos tem tido uma colaboração muito forte da Câmara Municipal de Lisboa, a equipa da Doutora Susana Ramos, também a equipa da Doutora Teresa Craveiro, o Vereador João Afonso, o Arquiteto Miguel Graça. Os pontos de contacto de todas as áreas da Câmara Municipal têm conseguido dar informação muito útil e depois nós também estamos a tentar o mais possível que haja aqui uma construção coletiva do plano, com a componente do terceiro sector, a chamada sociedade civil. -----

----- O CMIC tem sido chamado sistematicamente a colaborar, nós procurámos falar com uma série de associações individualmente, procurámos incorporar opiniões individuais através de uma metodologia *delphi*, quer com especialistas do mundo académico, especialistas em migrações, os tradicionais, mas juntando depois outros especialistas que trabalham diariamente com os imigrantes e que são aqueles que do ponto de vista da intervenção política, da cidadania, também têm um conhecimento muito profundo desta realidade. Uns são imigrantes, outros não são, mas que nós procuramos trazer sempre para o debate e relativamente aos quais procuramos sempre incorporar os elementos no processo de diagnóstico e depois no processo de construção do plano.-----

----- Tenta-se fazer o mais possível deste processo um processo participado, com uma limitação grande, que isto é uma corrida. O tempo para fazer o plano é demasiado curto, a nosso ver, para conseguir incorporar efetivamente os resultados de uma estratégia participada. Nós devíamos ter um pouco mais de tempo para fazer, a que se junta uma outra coisa e eu aproveito o que disse a Joana antes, que é nós estarmos a fazer um plano que é, e bem, para a integração dos imigrantes em Lisboa e aqui usa-se o termo imigrante no sentido que a Joana deu, curiosamente suportado por um instrumento financeiro europeu que se destina a nacionais de países terceiros, a estrangeiros e só de países terceiros.-----

----- A ideia é fazer um plano abrangente para uma determinada população, que depois esbarra num instrumento financeiro que é apenas para uma parte dessa população.-----

----- Esta questão de quantos são, o que é que é imigrante, o que é que é estrangeiro e depois os números serem diferentes tem muitas vezes depois implicações práticas relativamente ao modo como os instrumentos apoiam ou não determinado tipo de processos e que tipo de população é que é abrangida por esses processos. Não é apenas uma questão de categorias. As categorias depois, em termos de operacionalização, têm muitas vezes efeitos e nós estamos aqui perante um destes casos de contradição que resolveremos com certeza. Agora, o facto da contradição existir obriga-nos a fazer uma ginástica para conseguirmos ter o plano mais abrangente, sabendo que temos um instrumento de suporte que é citado no plano, não é nenhum mistério nem é uma coisa que fica na sombra, suportado por um instrumento que se destina só a um subgrupo da população imigrante.-----

----- Dito isto, vamos falar um bocadinho do diagnóstico. Nós temos um pequeno retrato da população estrangeira em Lisboa, que será rápido porque a Joana avançou bastante com uma série de dados, e depois temos os três eixos de intervenção.-----

----- Nós sabemos que houve dois planos nacionais para a integração, o primeiro e o segundo da responsabilidade na altura do ACIDI, hoje ACM, a que se seguiu agora o chamado Plano Estratégico Para as Migrações, que tem uma natureza distinta. Não é isso que hoje vamos discutir aqui, mas houve dois planos para a integração dos imigrantes e é a inspiração desses planos e de um outro instrumento que de alguma forma é transposta para esses três grandes eixos que conformam aquilo que será o Plano Para a Integração de Imigrantes de Lisboa.-----

----- Isto foi discutido e depois consensualizado no grupo que acompanha a elaboração deste plano, não é uma decisão meramente técnica, uma decisão meramente política no estrito de política municipal, é uma coisa que juntou vários parceiros e consultaram-se depois estruturas da Câmara, estruturas do associativismo imigrante e da sociedade civil de Lisboa. Adotou-se como inspiração o que veio nos planos nacionais, com algumas modificações. Há aqui, por exemplo, um reforço mais forte da componente política, que está normalmente mais esbatida nos planos nacionais, assim como houve o esforço de incorporar aqui neste ponto a questão da importância dos migrantes para as dinâmicas urbanas, designadamente as dinâmicas culturais, mas como verão é mais do que a dinâmica cultural. -----

----- São esses três eixos e depois dentro desses eixos considerou-se uma série de áreas, também inspirado naquilo que já vem de outros instrumentos que têm sido aplicados em Portugal com relativo sucesso. -----

----- Deve-se aqui dizer que apesar de alguma flexibilidade há, a meu ver, também às vezes um excesso de normatividade na prática do ACM. O ACIDI sempre foi um bocadinho normativo no sentido que define as normas e depois elas devem ser mais ou menos replicadas pelas estruturas que trabalham com o ACIDI. Eu acho que este excesso de normatividade hoje se nota mais do que se notava no passado e isso às vezes põe alguns problemas, porque os contextos do Município de Odemira, que também está a fazer o seu plano, e do Município de Lisboa não são exatamente iguais e, portanto, embora eu saiba que no final vão existir diferenças, às vezes parece-me que há um quadro de alguma recomendação normativa que tende mais para a igualdade do que para o respeito pelas diferenças, que depois eu creio que os municípios acabarão por conseguir incorporar. -----

----- Dito isto, há um conjunto de objetivos para o plano. O primeiro tem a ver com o diagnóstico, caracterização das diferentes dimensões, identificação das vulnerabilidades, mas depois a ideia também é não termos uma lógica assistencialista por detrás das questões de imigração. Ainda esta manhã, num outro quadro, eu estava a olhar para um retrato da imigração enquanto problema com determinadas características e sobretudo o que havia era tudo o que são défices da população imigrante, quando nós sabemos que a população imigrante, designadamente dos centros urbanos, tem com certeza um conjunto de problemas mas também representa, quer para si própria, a transferência para a cidade, um processo de melhoria, quer para a cidade onde se instala uma mais-valia. -----

----- Portanto, nós não devemos ter uma lógica assistencialista relativamente aos migrantes, devemos ter uma lógica de correção do défice e vulnerabilidades e de valorização das potencialidades que eles trazem para as cidades onde se instalam. -----

----- Este objetivo de potenciar os contributos é algo que nos é muito caro e que foi incorporado por esta equipa que junta toda a gente que está a trabalhar no plano. -----

----- Depois há o dar visibilidade às boas práticas e criar o plano fundamentando as estratégias, as ações que o plano virá a ter no futuro. Diagnóstico porque hoje é o que sabemos, o que é que nós temos? O que já referiu a Joana Lopes Martins, é só lembrar o seguinte: nós fazemos uma comparação sempre o País e área Metropolitana de

Lisboa, aquilo que convém dizer relativamente a Lisboa é que nós detetámos um ligeiro crescimento da população estrangeira em Lisboa que é contra a tendência que se verifica no resto do País. Será interessante verificar porquê. -----

----- Também sabemos que muitas vezes, em contexto de crise, o que acontece é que se esvaziam as áreas mais deprimidas e resistem ou crescem as áreas mais dinâmicas. Também se pode admitir que Lisboa nos últimos anos... nós não conseguimos apanhar isto porque os Censos 2011 apanham um período de declínio e mesmo que consideremos os últimos anos da década passada, já de recuperação da cidade, o balanço da década ainda é um balanço de perda. Lisboa perde população, como já foi aqui dito. -----

----- É provável que Lisboa hoje já não esteja a perder e os imigrantes não estão a diminuir, a população estrangeira já não está a diminuir em Lisboa. É uma tendência interessante e contrária do conjunto do País. -----

----- É depois interessante um outro aspeto, a população estrangeira em Lisboa tem um peso maior do que no conjunto do País e aumentou de 2001 para 2011 mas, como também já foi referido de alguma maneira, é um conjunto de municípios da primeira coroa periférica que tem maior peso de população imigrante. São 5,8% no caso de Lisboa, quando vamos para os municípios da Área Metropolitana isto sobe para cerca de 7% em 2011. Portanto, os municípios metropolitanos têm um peso maior da população imigrante, a tal questão que víamos, se calhar passam por aqui mas vão morar para fora, do que a própria Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Já se falou dos casamentos, eu vou saltar esta em benefício do tempo, mas a questão dos nados vivos uma vez mais. É verdade que é muito superior o contributo dos nados vivos filhos de mãe estrangeira para a natalidade da cidade, mas também é menor que no conjunto da Área Metropolitana. Eu há pouco dizia, e é a minha opinião, que se Lisboa provavelmente justifica a existência de um plano municipal para a integração, muitos municípios periféricos, Amadora, Sintra, Seixal, também justificam ter um plano deste tipo, até pelo significado que tem a população imigrante neles. -----

----- Uma nota sobre as famílias dos imigrantes. De alguma forma elas tendem a reproduzir um bocadinho o que se verifica na Área Metropolitana de Lisboa, mas há uma diferença interessante, é que Lisboa tem uma componente forte de população estrangeira de grupos socioprofissionais mais elevados que muitas vezes vive sozinha e é muito maior do que no conjunto da Área Metropolitana. Se virem aqui, a União Europeia tem muitas famílias constituídas por uma pessoa só e no caso da Área Metropolitana esta percentagem é substancialmente mais baixa. -----

----- No caso da população estrangeira, o número de famílias com uma pessoa só em Lisboa é muito significativo e no conjunto da Área Metropolitana, embora também sendo, é bastante mais baixo e é mesmo mais baixo do que as famílias portuguesas. ----

----- Um dos aspetos é que nós temos no caso da Cidade de Lisboa muitas famílias estrangeiras compostas por um elemento sobretudo de cidadãos da União Europeia ou de cidadãos brasileiros, tanto num caso como noutro com valores superiores a um número já elevado, nós sabemos que Lisboa tem muitas famílias constituídas por uma

pessoa só mas quer no caso de cidadãos da União Europeia, quer no caso dos cidadãos brasileiros, o valor, a percentagem, a proporção de famílias com uma pessoa só é superior à dos portugueses. -----

----- Depois é o efeito de pêndulo, é o lado oposto, que se tem bastantes com uma pessoa só também tem mais compostas por cinco e seis pessoas, famílias com agregados relativamente extensos. Famílias muito pequenas por um lado, famílias muito grandes por outro. -----

----- Vou saltar as nacionalidades, já foi aqui dito, sendo que só vale a pena dizer o seguinte: os grupos maiores são os cabo-verdianos, os brasileiros, romenos e os chineses, mas são sobretudo os grupos asiáticos que mais têm crescido na Cidade de Lisboa nos últimos anos. Os chineses são os mais visíveis, mas depois bangladeshes, nepaleses, indianos, são outros grupos que têm tido um contributo grande para o crescimento da população estrangeira. Se virem aqui a variação 2008/2013, por exemplo o Nepal destaca-se muitíssimo, são poucos mas aumentam bastante. -----

----- Já referiu a Joana Lopes Martins que a geografia dos grupos dentro da cidade não é igual. Nós temos em relação aos estrangeiros uma sobre representação na envolvente oriental do centro, tradicionalmente uma área menos rica e socialmente mais valorizada do que a envolvente ocidental do centro, o Chiado elegante face à periferia da Graça que no passado foi industrial e que sempre concentrou a misteriosa Mouraria, que tem hoje muita população estrangeira. Temos esta dicotomia com uma sobre representação clara na faixa oriental da envolvente do centro e depois na nova Freguesia de Santa Clara, nas antigas Freguesias da Ameixoeira e da Charneca. -----

----- Há distribuições diferentes consoante os vários grupos, uma das interessantes é que por exemplo os cidadãos dos PALOP estão muito mais perifêrizados, quer no contexto metropolitano, quer dentro do anel da própria cidade. Já a população chinesa está mais na área oriental mas não está tão perifêrizada. Só para dar dois exemplos, ss geografias internas são desiguais. -----

----- Alguns dos eixos e a forma como os tratamos. Há questões de deficit residencial que se têm mantido sistematicamente ao longo do tempo, os mercados procuram mais o mercado de arrendamento do que os nacionais, já procuravam antes e continuam a procurar hoje, mas tendem a pagar rendas mais caras do que os nacionais. Também é verdade porque não têm tantos arrendamentos antigos como ainda têm os nacionais, mesmo com a liberalização que se verifica a partir de 2012. Portanto, há qui um problema maior de acesso à habitação e mais encargos com a habitação, o que justifica por exemplo que nós tenhamos índices de lotação no caso dos estrangeiros, alojamentos sobrelotados em maior proporção. Para avançar rapidamente, são 30% contra 11% no caso dos portugueses. Uma das razões é claramente a população ser menos envelhecida, há menos famílias pequenas com uma ou duas pessoas, mas por outro lado também são as estratégias de otimização para fazer face a rendas mais caras, juntas várias pessoas para conseguir pagar um alojamento que é mais caro, mesmo que esteja em piores condições. -----

----- Depois há alguns problemas relativamente ao acesso à saúde. Aqui nós temos menos dados quantitativos e mais dados qualitativos, estão aqui vários. É a questão de

às vezes haver um deficit dos direitos e do acesso a serviços mesmo para população imigrante irregular por parte dos profissionais que prestam serviços de saúde. Às vezes um diálogo complicado, até por questões culturais entre a população imigrante e os profissionais da saúde. A existência de alguma discriminação institucional que aparece nestes serviços como aparece noutros. Portanto, temos uma série de problemas no domínio da saúde.-----

----- Relativamente aos direitos políticos, o recenseamento em Lisboa tende a ser mais alto no geral mas é por causa dos cidadãos da União Europeia. Os cidadãos de fora da União Europeia têm um recenseamento baixo e, portanto, há muitos que não podem votar porque não têm esse direito sequer nas eleições locais, tirando os cabo-verdianos e os brasileiros. O recenseamento dos não comunitários é baixo, comparando com o País e com a Área Metropolitana. -----

----- Há um tecido associativo imigrante muito forte, sendo o espaço do CMIC um espaço fundamental para a participação e note-se que, porque não há hipótese de participação política em larga medida, torna-se mais importante haver espaços onde possa haver uma consultadoria efetiva e onde os imigrantes possam ser ouvidos. É muito interessante ver as associações que estão mais ligadas a determinadas comunidades, associações de caráter mais geral e até territorial nos últimos anos. -----

----- Relativamente ao emprego dos imigrantes, nós temos uma sobre representação em dois grupos que é interessante. Por um lado pequenos empresários, pequenos comerciantes, etc., o empreendedorismo imigrante, por outro lado os grupos profissionalmente menos qualificados. -----

----- Há uma diversidade religiosa grande em Lisboa que é superior à do conjunto da Área Metropolitana e do País, havendo também na maioria dos casos pouco conflito entre fés, razoável compreensão mútua, embora se detetem alguns processos de discriminação e de tensão no quotidiano. -----

----- Há um contributo para as dinâmicas urbanas em vários domínios. Na demografia, como é óbvio e já foi aqui referida, na economia. Lisboa é mais cosmopolita, oferece uma série de produtos e serviços aos imigrantes, há uma certa inovação nos formatos e estratégias comerciais, as lojas de esquina com mais horas. -----

----- Há processos de revitalização de áreas urbanas degradadas que começam com os imigrantes, no caso do Martim Moniz e da Rua da Palma, só depois é que supletivamente vem a intervenção pública para mudar o espaço, durante muitos anos foram os imigrantes que animaram o espaço. Depois há uma mudança das ofertas culturais.-----

----- Há relativamente à habitação estes problemas que nós já vimos. A questão do acesso e dos preços e da sobrelotação, a questão da saúde. -----

----- No caso do emprego e do empreendedorismo, só realçar que ao contrário do que às vezes se pensa, a maioria dos imigrantes do País e da cidade trabalham e têm o trabalho como meio de vida. No caso dos portugueses isto acontece muito menos, porque há uma percentagem muito forte de portugueses reformados que são também mais velhos. O empreendedorismo imigrante é superior ao empreendedorismo dos autóctones também em Lisboa. -----

----- A última coisa que gostaríamos de dizer é que para haver uma transformação forte da cidade ela tem de incorporar, quer as estratégias de dinamização mais geral que envolvem as empresas, os atores fortes, etc., mas também a incorporação daquelas estratégias que podemos considerar mais fracas e que incluem os atores mais frágeis, nos quais se incluem os imigrantes, A dinâmica urbana é feita, quer da riqueza do macro, quer da intervenção fundamental daqueles que fazem a cidade todos os dias e que incorporam muitos imigrantes que, como vimos aqui, no caso de Lisboa têm um crescimento maior do que no conjunto do País e uma maior diversidade do que em todas as outras cidades e municípios do País. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Para além de ficarmos depois a dispor desta apresentação, também no *site* haverá no final talvez a possibilidade de acrescentar mais elementos.-----

----- Eu tenho o prazer de dar a palavra ao Senhor Manuel Correia, que é um militante da causa dos imigrantes e dos trabalhadores em geral há muitos anos, que eu tenho prazer de conhecer. É representante aqui da CGTP no Conselho para as Migrações e dirigente da Frente Antirracista, portanto, tem a palavra.” -----

----- **Manuel Correia**, representante da CGTP no Conselho para as Migrações e dirigente da Frente Antirracista: -----

----- “Muito obrigado, muito boa tarde a todos e cumprimentos aos membros da Mesa.

----- Depois de ouvirmos com imensa expressão os números que são dados relativamente aos imigrantes, eu centrar-me-ia um pouco sobre o trabalho.-----

----- Mas uma primeiríssima palavra vai, para minha tristeza, para minha profunda tristeza, pelo que está a acontecer, pelo que aconteceu com essa tragédia que já sabemos as causas, muita gente sabe das causas, mas é preciso tratar dessas causas para evitar essas tragédias que agora lamentamos imenso, mas temos que lamentar isto.-----

----- Relativamente à importância, ao contributo, que os imigrantes dão à sociedade Portuguesa no caso da Cidade de Lisboa, parece-me que é evidente e os números revelam isso mesmo, mas este dado é um bocadinho ainda mais além disso, porque esses dados são feitos com referência em mães estrangeiras, nascidos de mães estrangeiras, mas há muitos casais mistos cuja mãe é nacional e não conta para esse número. Aliás, o estudo que o Jorge Malheiro coordenou aí há uns tempos atrás revelava isso mesmo, ou seja, percebemos claramente que é o dobro, ou próximo do dobro, do nascido de filhas de mães estrangeiras, mas não conta para lá para esse efeito os filhos de mãe que é nacional mas que o pai é estrangeiro. Também deveria contar para esse efeito, uma vez que é um contributo. -----

----- Mas seguindo esta ideia da importância, também convém falar de alguns mitos que há na sociedade Portuguesa, que também há em Lisboa como há em todo o lado, de que os imigrantes vêm para aqui para tirar trabalho aos nacionais, de que os lisboetas estão no desemprego porque os imigrantes têm emprego. Há dois estudos que é muito importante frisar, que mostram exatamente o contrário. Um outro especto que vêm dizer é que a Segurança Social está mal, porque os emigrantes vêm aqui

sacar da Segurança Social. Há um estudo também do Observatório das Migrações, do Alto Comissariado, que mostram exatamente o contrário, são contribuintes líquidos, portanto, nesta matéria esses mitos também já não pegam, portanto, é preciso conhecer para poder dizer as coisas com alguma exatidão.-----

----- Esses contributos acho que são importantes, mas há aspetos a considerar também na origem. Primeira questão a considerar tem que ver com a legalidade ou legalização dos cidadãos. Há um problema muito grave que continua e persiste na sociedade e também está aqui no nosso seio, também está aqui em Lisboa.-----

----- A gente passa ao lado dele e pensa que é uma pessoa legalizada, mas não é, e há muita gente que vive ainda à margem da sociedade, não conta para os números e temos que continuar a persistir nisto porque é preciso torná-los cidadãos, porque enquanto ele não for cidadão é um objeto que aí está e é preciso trabalhar nessa perspetiva. E trabalhar na perspetiva significa que tem que haver melhor articulação nos serviços públicos, nomeadamente entre a Segurança Social e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, porque há aqui um velho problema, que é, não é legal porque não está a trabalhar, não pode legalizar-se porque não tem como provar meios de rendimento, não se pode legalizar também porque a Segurança Social não o tem inscrito, e portanto, há aqui uma pescadinha de rabo na boca que é preciso corrigir. Isto porque a articulação entre SEF e a SS não é perfeita, melhorou significativamente, é verdade, mas não é perfeita, é preciso melhorar, é preciso corrigir, é preciso fazer uma melhor articulação para que isto não seja um obstáculo à legalização dos cidadãos. -----

----- Se ele não for legal nem sequer conta para estes números, mas também não pode participar nos atos eleitorais que ocorrem frequentemente, nomeadamente os Cabo-Verdianos ou os Brasileiros, que se não tiver na condição legal também não pode votar nas autarquias locais e é preciso que votem, é preciso que participem. A participação dos cidadãos estrangeiros é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade e para qualquer cidade, Lisboa não foge à regra.-----

----- Quanto ao trabalho que é uma dimensão muito importante, uma dimensão primeira da vida do imigrante, aí há um problema de outra natureza. Tem a ver com a desregulamentação das relações do trabalho, depois tem a ver com a forma como são organizados o processo e a contratação do cidadão, em que grande parte desses não estão a trabalhar, ou então, não tem uma proteção social porque não descontaram para a SS. Para além do mais e em muitos casos, conhecemos situações de cidadãos que até trabalharam, descontaram para a SS, mas por razões muito diversas nem sequer vai procurar a proteção social num momento de desemprego. Por muita campanha que se faça relativamente a isso, ainda persiste este aspeto que é preciso corrigir e na Cidade de Lisboa, na periferia da Cidade de Lisboa, encontramos isso com alguma frequência, com alguma regularidade. -----

----- Mas também a forma como o trabalho está a ser organizado nos últimos tempos, do ponto de vista do imigrante foi a pedra no charco, ou seja, a organização da vida e das relações do trabalho como foi desorganizado, estes cidadãos imigrantes são aqueles que mais sofrem com esta desorganização, são aqueles que menos descontam

para a segurança social, são aqueles que menos têm direito à proteção social. Portanto, todos esses vícios que isso criou, é preciso também trabalhar na mesma dimensão, de termos os números sim, para conhecer, mas também trabalhar no sentido de os corrigir que não há outra forma de o fazer. -----

----- Dois sectores empregam a grande maioria dos emigrantes no País, mas também em Lisboa, estamos a falar do sector da construção que sofreu um enorme abalo, de que o desemprego aí, sofreu de uma forma extraordinária e estamos a falar na área do sector da limpeza e de atividades similares, ou então, das empregadas domésticas. Quando a dimensão da crise foi daquilo que nós conhecemos, as pessoas a primeira coisa que fizeram, começaram a cortar e onde começaram a cortar? Exatamente nos pequenos aspetos em casa, aí foram as empregadas domésticas as primeiras a sofrer. Mas também nas limpezas. Na atividade das limpezas, já não é feito da mesma forma que era feito no passado, ou seja, um grande número de pessoas que alguns já não estão cá nem podiam estar cá, ainda que não estando cá mas tendo a sua residência cá, são pessoas que vão para fora procurar melhores condições de vida, mas continuam a ter a sua residência em Portugal, nalguns casos em Lisboa. Daí também é preciso perceber que há aqui um movimento, que é preciso ter em atenção. -----

----- Finalmente e com certeza levarei menos tempo, aspeto que eu queria pôr em consideração têm a ver com isto, cuidar dos cidadãos todos, mas cuidar dos cidadãos emigrantes da mesma forma. Há aqui uma tendência para dizer vamos tratar todos iguais, a nossa constituição obriga que tem que ser tratado todos iguais, mas há aqui um erro na apreciação, é que não são todos iguais. É que aquilo que é diferente deve ser tratado de forma diferente, aquilo que é igual, sim senhor, tratar de forma igual. Na questão do emprego, sobretudo aí, não tratar esta diferença é um erro que tem que ser corrigido, ou seja, procurar que todos tenham o direito e acesso ao emprego e que ninguém seja afastado do emprego pelo facto de a sua nacionalidade, da sua descendência, da sua cor ou outra coisa do género, mas procurar que isso seja feito com algum rigor, porque o que acontece é porque não admitiu, não foi admitido, não há explicação concreta pelo facto de não ser admitido. Este é um problema que está relacionado com as questões do trabalho. -----

----- Mas antes de terminar, gostaria também que a lei da imigração pudesse tratar alguns aspetos da legalidade dos cidadãos de uma forma mais concreta e separar o que não é imigração, do que é emigração. -----

----- Na lei da imigração Portuguesa há lá um capítulo dos vistos, dos tais *vistos gold*, que ultimamente é muito falado, e era muito bom, que essa separação pudesse ser produzida, ou seja, há uns investidores estrangeiros que vêm para Portugal e investem, é uma coisa, há os cidadãos emigrantes que vêm aqui à procura de melhores condições de vida e de trabalho, é outra coisa. Se isso um dia puder ser, que era o meu desejo, julgo também que é o desejo do conjunto da CGTP, se isso pudesse um dia ser feito, podia ser um bom passo para aprofundar o aspeto do tratamento dos cidadãos emigrantes em Portugal, nomeadamente na Cidade de Lisboa, e eu fico por aqui.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Cumpre-me dar a palavra agora ao Doutor Rui Pena Pires, numa situação um pouco paradoxal. O Doutor Rui Pena Pires é um dos académicos que mais cedo começou a estudar a emigração, hoje vai falar sobre a imigração, é uma pequena ironia que eu não posso deixar de referir. -----

----- Ele é investigador no Observatório sobre a Emigração do Centro de Investigação e Estudos sobre Sociologia do ISCTE-Instituto da Universidade de Lisboa. -----

----- E com todo o prazer dou a palavra ao Doutor Rui Pena Pires.”-----

----- **Rui Pena Pires**, investigador no Observatório sobre a Emigração do Centro de Investigação e Estudos sobre Sociologia do ISCTE-Instituto da Universidade de Lisboa: -----

----- “Boa tarde, muito obrigado pelo convite. -----

----- Normalmente esta discussão sobre as questões migratórias, quando aparece relacionada com a questão demográfica, supõe que se fez um diagnóstico sobre o envelhecimento da população, sobre as tendências para a sua diminuição no País e que se considera, que talvez a emigração ou as migrações possam ser parte da solução para aquilo que é definido como um problema, a baixa da natalidade e o envelhecimento da população. -----

----- Bom, e porquê? Porque, como dizia ainda este fim-de-semana no Expresso a Maria João Valente Rosa, em termos mundiais não há decréscimo populacional, não há receção populacional, não há nenhuma lógica demográfica depressiva. Continuamos a viver num mundo com muita gente, provavelmente com uma pressão populacional sobre os recursos, ainda muito grande. Nascem por dia, segundo dizia a Maria João, 390.000 crianças um pouco por todo o mundo, e portanto, o que nós eventualmente precisamos é de alguma redistribuição destes recursos humanos, disponíveis à escala global, e é por isso, que muitas vezes se faz esta ligação entre migrações e demografia. -----

----- Embora como é sabido, as migrações nunca conseguiram inverter aquilo que é uma tendência secular, longa e em que todos os países estão mergulhados, que é uma tendência para a redução da natalidade, uma tendência para o envelhecimento da população. São duas coisas boas, o envelhecimento da população resulta do facto de morrermos mais tarde porque somos menos vulneráveis às doenças, podemos nos defender melhor da morte e a redução da natalidade é um bom exemplo do crescimento da responsabilidade individual para com as crianças, e por isso, tende a acentuar-se sempre que os países progridem, sempre que o grau de educação aumenta, em particular sempre que as mães estudam mais e trabalham mais. -----

----- Agora no curto prazo, nos processos de transição, estas tendências geram problemas novos e esses problemas poderão eventualmente ser atenuados um pouco com os movimentos migratórios, e aconteceu isso com Portugal nos últimos tempos. Nos últimos tempos Portugal foi um País onde a imigração era maior que a emigração, as entradas eram maiores que as saídas, e em particular aconteceu na década de oitenta, porque na década de oitenta houve um contributo demográfico excecional para a população Portuguesa que foi o repatriamento, o retorno de África. Só para termos uma ideia, o número de pessoas que regressou de África em 1975, de

Portugueses que regressou de África em 1975, é tanto como o número total de estrangeiros imigrantes, que entraram em Portugal desde 1975 até hoje. Portanto, num ano tivemos um aumento de população tao grande como quarenta anos de imigração. --
----- Esses números ainda hoje são visíveis. Muitos dos dados que nós temos sobre o peso dos imigrantes, isto é, das pessoas nascidas no estrangeiro, fora de Portugal na população Portuguesa, os dados que tem o INE, os dados que aparecem nas publicações da OCDE, têm os retornados nascidos em Angola e Moçambique e noutras das colónias, mas sobretudo em Angola e Moçambique, e que representam, mais ou menos, um terço daquele volume. Portanto, a nossa taxa de imigração quando retiramos esse movimento excecional, não repetível, que foi o retorno de África, é bastante mais baixa do que parece, aquela que resulta de movimentos regulares continuados é bastante mais baixa do que parece. -----
----- Nós estamos entre os países da Europa com menos imigração em termos relativos e estamos, pelo contrário, entre os países da Europa com mais emigração, mais saídas, em termos relativos. Isto sim é que já começa a ser um bocadinho complicado, mas daqui a pouco mostrarei um gráfico com isto. -----
----- Mas falando então agora sobre aquela parte que me compete nestes movimentos migratórios e nas suas consequências para a demografia Portuguesa, falando sobre a emigração, sobre as saídas. Felizmente nós temos poucos dados sobre as saídas, a partir do momento em que a sociedade Portuguesa se democratizou, que as pessoas deixaram de ter que informar o Estado quando quiseram sair, quando o direito de sair se transformou num direito fundamental, deixou de haver registos sobre a emigração. -
----- Não há dados sobre as saídas de Portugal, o que há são dados sobre entradas de Portugueses noutros países, porque todos os países democráticos não registam as saídas, mas independentemente de serem democráticos ou totalitários, registam as entradas. É uma consequência inelutável das questões de soberania dos estados, portanto, os estados quando são democráticos não registam as saídas, mas todos registam as entradas. -----
----- Se nós queremos saber quantos Portugueses estão a sair de Portugal, temos que olhar para quantos Portugueses então a entrar noutros países, só que os outros países registam muitas coisas. Registam sobre os portugueses que entram e sobre outras nacionalidades que entram, sobre outros estrangeiros que entram nesses países. Mas há uma coisa que nunca registam, é de que concelho, ou de que distrito, ou de que região vêm as pessoas que estão a entrar. -----
----- Nós temos sobre onde é que estão os emigrantes que vivem em Portugal, estão em Lisboa, estão em Oeiras, estão noutro sítio qualquer. Mas sabemos muito pouco, temos que fazer sempre inquéritos e usar outras fontes de informação, de que ponto preciso dos países de origem é que vieram. Eram de que cidades do Brasil? Vieram de que cidades de Angola? Sabemos pouco sobre isso. E acontece a mesma coisa na emigração, portanto, a única coisa de que disponho para vos falar sobre dados da emigração, são dados globais. O que é que está a acontecer com a emigração em Portugal hoje? Não o que é que está a acontecer com a emigração de Lisboa para fora, ou do Porto, ou de outro sítio qualquer. -----

----- Há umas coisas muito rápidas sobre a emigração. A emigração nunca desapareceu, Portugal deixou de ser um País de emigração, só de emigração, em 74, os fluxos de entrada superaram a partir de 74 os fluxos de saída, mas os fluxos de saída nunca desapareceram. Tiveram um interregno em que foram muito baixos, que foi um interregno entre o 25 de Abril de 74 e a adesão, quase dez anos depois, a adesão Portuguesa à União Europeia. A partir do momento em que se deu a adesão à então Comunidade Económica Europeia, a emigração voltou a crescer. E voltou a crescer com naturalidade, se nós criámos um espaço de livre circulação e se temos assimetrias nesse espaço de livre circulação, a emigração foi crescendo. Um espaço que não inclui só a União Europeia, porque os acordos de livre circulação incluem outros países, a chamada EFTA, a Noruega, a Suíça e outros, portanto, esta emigração começou aliás, por se fazer sobretudo para um país que não era da união Europeia, que foi a Suíça. -----

----- Foi crescendo, foi crescendo ao longo de todas estas décadas, a emigração Portuguesa foi crescendo ao mesmo tempo que tínhamos imigração. Com a entrada no Euro começou a crescer muito. A emigração não começou a crescer com a crise, a emigração começou a crescer a partir do momento em que em Portugal, o crescimento económico baixou e o desemprego começou a aumentar, a partir do momento em que essas duas condições estiveram reunidas a emigração cresceu, e cresceu no essencial para a União Europeia e para a Europa. -----

----- Hoje a emigração é uma questão Europeia, não há emigração significativa para Angola, não há emigração significativa para o Brasil, então essa é muito pouco mesmo, não há emigração significativa para muitos outros países, embora com uma exceção, não há emigração significativa em termos de volume para os Estados Unidos, por exemplo, mas os Estados Unidos continuam a ser o segundo país de destino dos emigrantes mais qualificados que saem de Portugal. Portanto, para alguns países diminuiu o volume, mas, mantêm alguma importância qualitativa como destinos da emigração. -----

----- A emigração caiu com a crise, em 2007 caiu e caiu por duas razões muito simples. Primeiro porque não havia sítio para emigrar porque a crise nessa altura era global, as crises só provocam aumentos de emigração quando são assimétricas, quando uns países estão em crise e outros não estão, num primeiro momento a crise financeira foi global. E segundo porque a crise atingiu brutalmente em termos de emprego aquele que era o principal destino da emigração Portuguesa, a Espanha. A Espanha tornou-se no princípio deste Século o principal destino de emigração Portuguesa. A emigração para Espanha foi crescendo, crescendo, crescendo até 2007, chegou a 2007 teve um estouro enorme. -----

----- Era a emigração mais desqualificada que saía de Portugal, era uma emigração para os setores da construção civil e das obras públicas, muito, muito desqualificada. O setor da construção e das obras públicas foi o mais atingido pela crise em Espanha, e portanto, como se vê naquele gráfico, que se vê mal, a emigração desceu num primeiro momento, só que depois retomou um ritmo que não conhecemos do passado. Desde de 2010, 2011, está a crescer a níveis que não conhecíamos na história passada

deste fenómeno. Nós tivemos, pelos últimos dados, se não me engano são os de 2013, à volta de 115000 pessoas que terão saído de Portugal nesse ano, pelo menos, porque isto é pouco mais do que a soma dos principais destinos de emigração, pelo menos 115000/120000 pessoas saíram de Portugal.-----

----- Discute-se muito se esta emigração é emigração permanente ou temporária, mas há uma coisa que os estudo das migrações aconselha, é que nunca se tente resolver esta questão no curto prazo, porque no curto prazo todos os emigrantes declaram que são temporários, mas também sabemos, analisando os dados depois com um pouco mais de tempo que na maioria, na esmagadora maioria dos casos, os emigrantes que se declaram temporários acabam por se fixar. É verdade que hoje as condições de mobilidade são diferentes do que eram no passado, mas enquanto não tivermos dados novos, o melhor é contar que esta emigração é muito mais definitiva do que temporária.-----

----- A emigração que temos hoje é uma emigração, que não é muito diferente da emigração que tivemos no passado. Nós temos hoje a ideia de que a emigração é sobretudo uma coisa que afeta, algo que afeta, os setores mais qualificados da população, não é verdade. A maioria dos emigrantes que entra no Luxemburgo são tão desqualificados hoje como eram no passado, que entram em França a mesma coisa. Nós em França no *top ten* das origens da emigração para França disputamos o último lugar das qualificações com os Turcos. Em todos os países praticamente, na Suíça estamos entre os emigrantes mais desqualificados. O único país onde há uma diferença em relação ao passado é no Reino Unido, no Reino Unido de facto 30% dos emigrantes são bastante qualificados.-----

----- Agora, quando nós olhamos para os dados disponíveis com os Censos, em 2011, por comparação com 2010, o aumento que houve na emigração dos qualificados foi rigorosamente, por umas décimas, ao aumento que houve da população qualificada em Portugal. O que parece é que pelo menos até 2011, o aumento da qualificação em Portugal, traduziu-se num aumento da qualificação da emigração, mas não há dados que até 2011 apontem para que a emigração mais qualificada tenha crescido mais depressa do que a emigração não qualificada. Depois de 2011 não sabemos e pode ser que esteja a haver algumas mudanças, pela simples razão de que o destino que onde tem crescido mais a emigração é o Reino Unido, e o Reino Unido como disse há pouco é aquele destino onde a emigração é mais qualificada. -----

----- Queria só para terminar para se perceber o que é que está a acontecer, mostrar um pequeno gráfico. Este é um gráfico onde está marcada a imigração e a emigração e onde estão marcados todos os países europeus O que se verifica é que Portugal não só é o País que tem uma maior taxa de emigração, isto é, mais pessoas nas saídas em Portugal e a ir viver fora do País, entre todos os países da UE, como está ali na média da EU em termos de imigração, mas se retirarmos os retornados baixa bastante. Ou seja, Portugal está neste gráfico, se eu descontar o efeito dos retornados, entre os países que apresenta uma dinâmica mais recessiva em termos migratórios. Basicamente porque não entra ninguém e porque sai muita gente, e este, acho eu, é o nosso problema.-----

----- Eu não acredito no milagre do retorno, nunca funcionou no passado, não funciona praticamente para país nenhum. Não quer dizer que não haja retorno, houve retorno entre 2001 e 2011, acho que terão regressado para Portugal quase 20000 pessoas por ano, mas o problema é que saíam 70000, 80000, e portanto, não é o retorno que vai equilibrar o nosso saldo migratório, o que pode equilibrar o nosso saldo migratório é tornarmo-nos de novo atrativos para a imigração. Ou a imigração recomeça ou nós vamos ter uma situação complicada, porque os efeitos deste saldo migratório negativo hoje são muito mais intensos do que foram nos anos sessenta, por duas razões. Primeiro porque o ponto de partida demográfico é mais envelhecido e segundo porque não se vislumbra no horizonte nenhum retorno maciço, do tipo dos retornados de África de 500000 pessoas no espaço de um ano. A única forma de equilibrar esta situação é de facto através da imigração e é através da imigração de volume, não é através de uma imigração muito selecionada a pinças, pessoas muito qualificadas, têm sítios muito mais interessantes que para onde ir do que Portugal, é conseguindo ter outra vez algum volume de imigração. -----

----- Obrigado e boa tarde.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Penso que também vamos ficar a dispor desta apresentação no *site*, realmente ficará enriquecido. -----

----- Tenho o prazer agora de dar a palavra da Mesa, para encerrar as intervenções da Mesa, ao Timóteo Macedo, também há muitos anos um ativista das associações de imigrantes, membro do Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania e da SOLI-Associação de Solidariedade Imigrante, portanto, o Timóteo Macedo tem a palavra.” -----

----- **Timóteo Macedo**, membro do Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania e da SOLI-Associação de Solidariedade Imigrante: -----

----- “Muito boa noite a todos. -----

----- Eu queria dizer algumas coisas que se calhar vão contra a lógica daquilo que está a ser falado aqui. -----

----- Em primeiro lugar eu sou contra os retornos, sou contra os planos municipais para a integração dos imigrantes, ou mesmo, sou contra os canais e os quais. Com que raio, qual é a lógica, que vão fazer com que eu cidadão estrangeiro que estou aqui em Portugal, que quero ser tratado de uma forma igual, vou ter que ter um plano ou um serviço especializado só para mim? Eu não preciso disso. -----

----- Tem que haver outra atitude e outro olhar sobre as pessoas que nos procuram. E por isso é que muitas vezes as pessoas não se fixam, é que debandam para outros países de origem. Porque quando a gente assistiu em 2001, 2002, 2003 e por aí fora, a políticas injustas e desumanas e hoje o Secretário de Estado, não sei se está aqui, mas ele que não nos venha falar dos prémios. Os prémios podem ser um estímulo para eles que estão lá fora, mas em Viana, onde ele veio, acabou de chegar, naturalmente não falaram da trágica morte de novecentas pessoas no Mediterrâneo, não falaram! Nem tomaram medidas rápidas para que de facto se permita entradas legais dessas pessoas na Europa, não, e também o Governo Português não se preocupou com mais de

oitocentas pessoas que nós recebemos na nossa associação em 2008 e 2009, de pessoas que vieram nas pateras, e que muitos viram os seus irmãos morrerem no Mediterrâneo. As pirogas a virarem-se e a morrerem. E quem é que lutou por isso? Fomos nós, foi a sociedade civil, foi a associação, foram os próprios emigrantes que lutaram para que hoje, ao fim de cinco anos, permitam que essas pessoas que vieram sem passaporte e sem entrada legal de visto Schengen, hoje se possam legalizar se tiverem dez meses de descontos para a segurança social. Mas mesmos assim pedem dez meses de desconto, como pedem seis meses de desconto para aqueles que têm visto Schengen.-----

----- Vejam lá onde é que nós estamos. E as pessoas demoram a ter um documentozinho para poderem ser tratados como cidadãos, que nós pretendemos que sejam iguais em direitos e deveres, que tenham as mesmas igualdades de oportunidades. Quando vão à Segurança Social não tem de ser canalizados para o CNAI, para a segurança social do CNAI. Eles querem ir a um serviço público de qualidade, onde vão todos. Não há mediação sociocultural ali? Tem que se colocar lá mediação sociocultural. Não há pessoas que percebam a língua deles? Tem que se colocar nos serviços públicos, pessoas que percebam a língua deles e a cultura deles. Não temos que excluir as pessoas dos serviços onde toda a gente tem acesso, isso é violar o princípio da igualdade, isso não vamos no bom caminho por aqui.-----

----- Somos pobres? Somos. Temos problemas? Temos. Muitas vezes são demolidas as casas e estamos na rua? É verdade. Gente pobre, gente imigrante, gente excluída. Então? Somos mais ou menos do que outros cidadãos? Queremos os mesmos direitos e deveres que outros cidadãos, queremos precisamente a mesma coisa. Temos de estar incluídos nos planos nacionais, temos de ter verdadeiras políticas de inclusão e não de exclusão, é para isso que nós devemos trabalhar todos. É para que as pessoas sejam incluídas e tratadas como cidadãos de plenos direitos e de primeira. Quando falamos de cidadãos de primeira, são pessoas que têm direito também a votar, a eleger e a ser eleitos. Permite-se que hajam juntas de freguesia, não só em Lisboa mas também em Loures, onde o maior número populacional de fregueses moradores na freguesia, são imigrantes e eles não têm sequer direito a nada, não estão nas juntas, não estão representados, porque não podem eleger e ser eleitos. Está aqui a cidadania posta em causa. Temos de lutar contra isto, é importante.-----

----- É importante que se contrarie esta lógica. A lógica começa a vir de cima para baixo, é mau. Temos de ter políticas especiais para os novos Portugueses. Até já os Portugueses têm dois estatutos, são os Portugueses que são os primeiros ou que são os Portugueses antigos e são os novos Portugueses, ou seja, os filhos, as pessoas que nascem aqui ou que têm estatuto ou que são Portugueses, chama-lhes novos Portugueses, isto vem da boca de responsáveis governamentais, temos de ter políticos especiais para novos Portugueses. Isso não é incluir, isso é dividir, são políticas do apartheid que a gente já viu em muito lado e que não vamos aceitar aqui, vamos continuar a lutar.-----

----- Estaremos nas ruas no 25 de Abril e no 1º de Maio noutros lados porque somos uma associação de pressão e de luta. Porque todos os dias chegam na Associação de

Solidariedade Imigrante, na Rua da Madalena...temos também uma sede no Alentejo em Beja, e também temos, fazemos cursos de Português, História Islâmica com a comunidade Muçulmana em Coimbra, mas, todos os dias chegam-nos à associação sessenta, setenta, oitenta pessoas, todos os dias. -----

----- Saí de lá há um bocado, chegaram lá sete jovens da Guiné-Conacri, apoiados pelo CPR. Chegam lá e dizem assim “Tenho uma residência comunitária, por questões humanitárias ao abrigo do Artigo 7º, mas não me estão a renovar. Dizem que eu não trabalho, não posso renovar”. Pois é. É a ausência de políticas de asilo e de refugiados, de proteção às pessoas que vêm fugidas. São perseguidos politicamente, vêm da fome, da miséria, de catástrofes ambientais, da guerra, etc., chegam aqui e acontece isto. E as pessoas vão bater onde? Vão bater à porta das associações que os defendem. Nós não queremos uma sociedade civil assistida. Já falou-se aqui um pouco, o Jorge Malheiros falou, do assistencialismo, do passivismo, ou seja, normalmente trabalha-se, e muitas vezes são os trabalhos do poder instituído, é para que a sociedade civil sejam eles imigrantes, homens e mulheres, sejam pessoas que tenham aqui serviços. Coitados, vocês não podem falar muito, porque efetivamente nós damos esses serviços todos. Nós não, nós queremos efetivamente uma sociedade civil com as suas organizações, que infelizmente os poderes locais não lhes dão condições para trabalhar, a Solidariedade Imigrante, a Faia Shektaly, e outros tantos, nem sequer têm instalações da câmara, por exemplo. -----

----- Os imigrantes pagam a renda, mas pagam com dignidade. Mas a sociedade civil quer ser uma sociedade civil participativa, uma sociedade civil que questiona, que diz o que está bem e o que não está bem. Uma sociedade civil que trabalha também para a mudança, porque todos se lamentam que tudo está mal mas nada fazem. Nós queremos uma sociedade civil com esta postura, crítica e não acrítica. Uma sociedade civil que ela própria faça parte, quando se fala na responsabilização, que ela própria faça parte da resolução dos problemas, que ela tenha poder para decidir, que não seja só o poder, ou seja, a democracia representativa a decidir uma forma, digamos assim, numa ditadura neste momento, em Portugal e na Europa, existe a ditadura da democracia representativa. Só são os partidos políticos que decidem e a democracia participativa, ou seja, a cidadania fica excluída muitas vezes de poder decidir e contribuir para as decisões. Aí é que é a grande questão e se nós queremos questionar isto, efetivamente queixaram-se muito e normalmente algumas instituições...Eu vou acabar dentro da hora, para vos dar a palavra...algumas instituições disseram assim, fizemos muito mal, deixámos fugir tantos imigrantes que podiam ficar aqui, podiam se fixar. -----

----- Pois é, na ausência de políticas, as verdadeiras políticas de integração mas eu prefiro chamar de inclusão das pessoas, falharam e continuam a falhar porque as pessoas continuam a sair. Números são números, não acredito muito neles, eu não acredito. Nós vivemos todos os dias com as pessoas, nós sabemos que cada vez há mais pessoas a sair e que cada vez há mais gente desiludida com as políticas de recolhimento ou integração dos imigrantes em Portugal. -----

----- As pessoas lamentam-se todos os dias. Lamentam-se na associação, porque na associação as pessoas trocam cumplicidades. Ainda hoje chegou lá uma brasileira que acabou de chegar há cinco dias. O que é que eu vou fazer? Digam por favor. A lamentar-se, a chorar, “Eu não posso voltar para o meu país, eu transportei uma coisa proibida, bateram-me à porta da pensão e levaram-me a coisa. Eu não sabia o que é que estava a acontecer.”. Mas isto acontece todos os dias. E o que é que vamos fazer com essa jovem brasileira? Isso é uma grande solução.-----

----- Será que as políticas Portuguesas protegem as vítimas? Duvido muito. Duvido muito.”-----

----- **O Moderador:**-----

----- “Depois das intervenções todas da Mesa, hoje só temos duas pessoas inscritas, e portanto, dar-lhes-ei a palavra antes de dar depois à Mesa também novamente.-----

----- Dou a palavra à Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado, do Grupo Parlamentar do PCP.”-----

----- **Deolinda Machado,** Deputada Municipal eleita pelo PCP:-----

----- “Quero agradecer todas as intervenções, o vosso empenhamento, caros e caras cidadãos.-----

----- A tragédia do Mediterrâneo mostra bem os problemas que temos pela frente na sociedade.-----

----- Estes massivos movimentos que tentam sair da pobreza e da devastação da guerra, dos conflitos armados, procurando emprego, asilo, têm causas de fundo que já aqui forma elencadas. Elas radicam sobretudo nas desigualdades, nos desequilíbrios crescentes entre continentes e países, resultantes de um capitalismo agressivo e explorador dos trabalhadores e dos povos, dos recursos naturais dos países de origem, onde para garantir crescentes lucros e domínios geoestratégicos desenvolvem guerras, agressões, ocupações, ingerências.-----

----- Sabemos também das políticas hipócritas feitas por um conjunto de países, onde a União Europeia também se insere, por exemplo omitindo que estas redes surgem e engordam à conta de emigração e das relações externas também adotadas, à sombra da indiferença e da comunidade internacional.-----

----- Mas há soluções, já aqui foram faladas. A criação de emprego, porque é de facto aí que reside, a criação de emprego e o combate ao desemprego resolvem-se com a implementação de políticas de desenvolvimento nos países e de fomento à criação de empregos de qualidade, de trabalho digno para todos e não só para alguns.-----

----- A Europa e o Mundo não podem fazer o jogo das máfias, dos traficantes de seres humanos, dos exploradores, do terrorismo. Exige-se a solidariedade entre países, dentro e fora da Europa. Isto passa por resposta solidária de todos, por trabalho devidamente articulado. Não é um problema somente da Itália, por exemplo, este a que nós assistimos este fim-de-semana, infelizmente, da Grécia ou de Malta, mas é de todos. Urge atuar nas causas, como já foi referido, nas causas destes flagelos sociais, humanitários e não atuar por omissão.-----

----- A política de se tirar o emprego, a casa e a vida, não pode continuar. As pessoas têm direito a procurar vidas dignas, é isso que elas procuram. Só querem viver

dignamente. Como refere o Papa Francisco, todos têm direito a terra, teto e trabalho. É uma indignidade, uma vergonha o que se passa. -----
----- Esta economia que mata tem que ser alterada.-----
----- As pessoas fogem de facto. A quê? À guerra, à pobreza, à miséria. E é isto que hipocritamente tem continuado a avançar na Europa e dentro dela. Em Portugal, através deste Governo que continua a levar por diante, o PSD/CDS, a política que continuámos a combater porque exigimos o cumprimento dos direitos humanos para todos, e esses, situam-se aí também, os direitos laborais e sociais.-----
----- Os níveis elevados de desemprego, onde só a precariedade tem aumentado, onde a retribuição continua a baixar e a qualidade dos empregos a degradar-se, agora as pensões outra vez, onde se insiste num elevado grau de desregulamentação de mercado de trabalho, porque é preciso desregulamentar mais, em resultado da precariedade do baixo grau de efetividade das normas do direito de trabalho e dos problemas no acesso à justiça, onde a concorrência desleal é quem fala mais alto, o tráfico de seres humanos impera como negócio mafioso, sem que os países o travem, são sociedades corruptas e desumanas. -----
----- É de escravatura do Século XXI que falamos e que todos temos obrigação de impedir. É de um imperativo ético que falamos, podemos e queremos impedi-lo. -----
----- É urgente e necessária a mudança de políticas. A rutura com estas políticas, no sentido de criar emprego de qualidade e combater a precariedade. -----
----- Os postos de trabalho permanentes devem ser preenchidos por recurso à celebração de contratos permanentes, quer sejam trabalhadores do próprio país, quer sejam trabalhadores migrantes, são todos trabalhadores. Se fazem o mesmo trabalho, têm os mesmos direitos e é isso que continuamos a defender. -----
----- A criação de condições para as várias associações terem sedes condignas. Ainda agora aqui foi referido e é importante que as tenham, para que ajudem a defender os seus direitos. -----
----- Promover iniciativas para a participação dos imigrantes e minorias étnicas, nos assuntos das freguesias e da cidade. Medidas para a melhoria do acesso à habitação. ---
----- Proporcionar espaços para a promoção da partilha de culturas, valorizando assim a diversidade cultural e a cooperação. -----
----- Criar medidas que visem a sensibilização das empresas, para a conciliação do trabalho com a vida parental. É que a natalidade exige a presença dos pais, e é preciso que as empresas também tenham este processo e o horário de trabalho que nós temos vindo a exigir, a redução do horário de trabalho para as trinta e cinco horas, prende-se exatamente com isto. Porque nós também queremos que os pais criem relações de afeto com os filhos, e não fiquem só entregues às amas ou às educadoras. -----
----- É preciso apoiar medidas de intervenção nas escolas, nomeadamente, apoiando no primeiro ano do 1º Ciclo as crianças que não tiveram acesso, por exemplo, ao pré-escolar. -----
----- Desenvolvendo oficinas de língua Portuguesa para as crianças e adolescentes, para que consigam também comunicar com outros. -----
----- Promovendo uma maior ligação dos pais à escola e à comunidade envolvente.-----

----- Ora isto passa, como disse, por medidas articuladas, conjugadas em sociedade, e uma sociedade vista como um todo e não algo compartimentado. -----

----- Em suma, é urgente e necessária uma mudança de políticas, como referi, que promovam o crescimento económico, a criação de mais e melhor emprego, de investimento na dinamização dos sectores produtivos, para a produção de bens e serviços necessários para as respetivas comunidades e países. -----

----- Consigamos ser atrativos sim, bastante, para os nossos jovens, para que não se vejam forçados a emigrar, porque é isso que está a acontecer, que seja por opção, com certeza, mas não por obrigação. -----

----- Ao mesmo tempo é necessário garantir a proteção social aos trabalhadores que ficam desempregados, sejam nacionais, imigrantes, seja ele qual for a nacionalidade. --

----- Aos jovens aos menos jovens, que não conseguem encontrar emprego, é necessário a segurança e o respeito pela vida humana, com o direito ao trabalho e a inclusão social, em condições de igualdade e solidariedade. -----

----- É necessária a promoção da paz e da justiça para todos os povos, independentemente da nacionalidade, da cor da pele ou da religião. Todos somos cristãos, muçulmanos, judeus, ateus ou outros, como diz o nosso Deputado Municipal, estimado Arquitecto Silva Dias. Isto no respeito por cada um, por cada ser humano. -----

----- Viva o 25 de Abril, continuemos a nossa luta e no 1º de Maio reforçemos os direitos dos trabalhadores. Obrigado.”-----

----- **O Moderador:** -----

----- “Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Municipal Miguel Gama do PS. -----

----- Depois darei à Mesa para reagir o que entenderem comentar ainda, por ordem inversa das intervenções.” -----

----- **Miguel Gama,** Deputado Municipal eleito pelo PS: -----

----- “De forma breve e agradecendo a participação de todos os convidados e todos os presentes, obviamente, neste debate. -----

----- As migrações têm sido ao longo dos tempos, uma das formas dos povos e dos indivíduos, lutarem por melhores condições de vida. -----

----- Seja pela procura de trabalho, de liberdade ou das condições mínimas de sobrevivência, é um fenómeno que tem que ser avaliado e devidamente enquadrado, dada a sua relevância económica, demográfica, social e cultural, para que os povos acolhedores e os povos migrantes possam ter uma sã convivência. -----

----- Nos dias de hoje falar em migração, obriga-nos também a refletir sobre as diferenças civilizacionais, num mundo em que a informação, com os seus *bits* de publicidade, chega a quase todo o lado e que as imagens vinculam diariamente acontecimentos trágicos ao largo da Europa. Para aqueles que viram o filme “A Ilha”, não posso deixar de pensar na imagem que aqueles que morreram no Mediterrâneo, certamente construíram no seu imaginário, sobre a utopia de vida no Continente Europeu. -----

----- Os Portugueses são um dos povos que ao longo dos séculos, tem procurado na emigração a possibilidade de melhorar as suas condições de vida, mas infelizmente

nem todos os emigrantes são casos de sucesso. Vários são os relatos de Portugueses a serem explorados em vários países, incluindo da comunidade Portuguesa. -----

----- Em Lisboa sabemos que nos últimos anos tem ocorrido uma perda significativa da população, cuja imigração de outros povos tem contribuído para atenuar. Esta imigração é fundamental para manter a dinâmica da cidade na suas várias vertentes, desde economia ao rejuvenescimento da população. É assim nosso dever trabalhar na definição de estruturas de apoio e suporte à chegada dos imigrantes, que escolhem Lisboa para viver, como a CML tem vindo a promover, seja pelo roteiro do imigrante, seja pelo estabelecimento de parcerias com as associações representativas das várias comunidades. -----

----- Por fim gostava de ouvir a vossa opinião, sobre as maiores dificuldades que os imigrantes sofrem na integração na sociedade. Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Ia dar a palavra à Mesa, por ordem inversa, pedindo que sejam sintéticos, digamos assim. -----

----- Portanto, o Timóteo em primeiro lugar e depois passa a palavra. -----

----- O Rui Pena Pires não sei se quer dizer mais alguma coisa?” -----

----- **Rui Pena Pires:** -----

----- “Muito rápido. Eu há pouco o que procurei dizer foi o seguinte. -----

----- Eu não acredito que nós consigamos inverter significativamente a natalidade, mesmo que consigamos que ela cresça um pouco mais, com políticas adequadas. -----

----- Eu não acredito que haja muito retorno, mesmo que tenhamos políticas muito fortes de atração. -----

----- Acredito que podemos, apesar de tudo, crescer no plano da imigração. Agora, também não vale a pena sermos um bocadinho irrealistas, nós só vamos ter imigração quando o País voltar a crescer. Isto é, quando o País estiver melhor vamos começar a ter imigração, porque não há regulador de facto maior das saídas e das entradas do que o desemprego, enquanto não tivermos crescimento de emprego não vamos ter imigração. Agora, a partir do momento em que tenhamos crescimento, nós podemos ter imigração ou não ter, aí já depende das políticas e das políticas de imigração. Nós vamos ter que fazer uma coisa que nunca fizemos, que é ter políticas ativas de atração migratória, nós até agora tivemos sempre políticas de... Como é que contemos a emigração? Não, nós vamos ter que fazer o contrário, ter mais políticas ativas e temos muito para crescer. -----

----- É verdade que Lisboa é melhor que o resto País em muitas coisas, é mais cosmopolita, mas estamos muito longe dos 33% de estrangeiros de Londres, ou de outras grandes cidades cosmopolitas. Eu também não acho que vamos atingir valores destes, porque não temos o dinamismo que tem Londres, mas temos muito para crescer e temos que ter ambição para nos compararmos, não com a Guarda, mas com Londres.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “O Jorge Malheiros quer acrescentar mais alguma coisa?” -----

----- **Jorge Malheiros:** -----

----- “Só duas coisas. A primeira é na sequência do que disse o Rui Pena Pires, eu também acho que a gente precisa de ter outra política de atração de imigrantes, mas a primeira coisa é que não pode ser um desiderato apenas nacional, tem de ser enquadrado num quadro Europeu.-----

----- Acho que se Portugal quiser fazer uma política de atração de imigrantes exclusiva no contexto Europeu atual, ela estará inevitavelmente condenada ao fracasso. Tem de haver uma componente específica do lado Português, enquadrada num quadro geral de alteração das políticas migratórias Europeias, que têm sido sempre muito mais marcadas pela ideia de restringir e impedir as entradas do que propriamente criar canais que funcionem efetivamente para a entrada das pessoas. Uma parte da tragédia do Mediterrâneo é precisamente porque estes canais não existem e há mecanismos para que eles existam. -----

----- Portanto, eu acho que temos ter de facto uma política de atração imigratória que conjuga duas coisas. Uma componente da união, se a gente acredita que a união vai continuar e uma componente nacional que tem que ser diferente desta, porque há aparentemente políticas de atração de imigrantes. Quando nós olhamos para o discurso do atual Governo e quando olhamos, por exemplo, para a mudança do regulamento interno do Alto Comissariado para as Migrações atual, o que encontramos, por exemplo, na missão em primeiro lugar é a ideia de atrair imigrantes. Mas de facto, subliminarmente, o que está é muito mais de atrair capitais do que propriamente pessoas, é isso que subliminarmente está contido quando se fala muito de talento, de investimento, etc.. É isto que eu acho que se tem de mudar alguma coisa nas políticas, sempre no contexto, no diálogo Portugal-Europa.-----

----- Segunda nota e em relação ao que o Timóteo disse. Nós vivemos muito neste dilema, que é se devemos ter políticas dirigidas aos imigrantes, um *mainstream* em que os imigrantes são enquadrados no contexto geral da cidadania. E eu estou de acordo com o Timóteo, embora tenha dito que Lisboa precisa de um plano municipal, ou melhor, que é pertinente existir um plano municipal para integração de imigrantes em Lisboa. Porquê? Porque aquilo que eu acho, é que há um conjunto de défices específicos em relação à população imigrante, que no caso da cidade de Lisboa é suficientemente numerosa, sendo os défices suficientemente específicos também, para justificarem medidas que não têm que ser dirigidas à população toda. -----

----- Dois exemplos. Primeiro exemplo é o da língua, não é? De facto há uma questão relativamente ao conhecimento da língua Portuguesa, que depois é fundamental para nós funcionarmos ou sermos mais funcionais, que termo horrível, sermos mais funcionais na sociedade, que é muito importante para a população imigrante e é menos importante para os adultos Portugueses que crescem nos diferentes domínios de estabilização e também na escola, que é mais um, a aprender Português e a falar Português. Portanto, eu acho que há domínios específicos como a língua. -----

----- Outro exemplo. O desconhecimento inicial do funcionamento das instituições Portuguesas e do quadro regulamentar, portanto, há aqui...Ou se quisermos falar no domínio específico dos crentes e dos refugiados, há vulnerabilidades que têm a ver com a situação traumática do processo imigratório, porventura maior nesses casos, do

que em relação aos chamados imigrantes laborais, que justificam um acompanhamento que não justificam para as outras populações. -----

----- Ora, ter um plano que force as autoridades públicas, eventualmente no terceiro sector, a cooperarem para dar resposta a esses défices específicos, parece-me uma coisa positiva. A partir do momento em que são ultrapassados, estou completamente de acordo com o Timóteo. A resposta tem que ser a resposta que é dada ao conjunto dos cidadãos, mesmo que continuem a ser estrangeiros, não têm que ser naturalizados. Agora, eu acho que há um suficiente número de situações específicas que justificam um plano, sempre tendo em vista esta ideia, que uma vez ultrapassados os défices específicos a resposta deve ser as repostas do estado social para todos os cidadãos.” ---

----- **O Moderador:** -----

----- “Muito obrigado. Agora, para terminar a Joana Lopes Martins.” -----

----- **Joana Lopes Martins:** -----

----- “Eu também queria apenas deixar um apontamento na sequência de uma das intervenções, que nos interpelava diretamente sobre o eventual aumento dos principais problemas de integração. E um pouco nesta linha, não sei se é um dos principais problemas, mas parece-me que há um conjunto de ideias comuns feitas, amplamente divulgadas sobre a questão da integração de imigrantes em Portugal que merece ainda ser refletida. -----

----- Uma é a questão de sermos um País que acolhe muito bem os imigrantes, e a outra é, que temos aqui uma grande vantagem com grande parte da nossa imigração que é a partilha linguística. Não é? Esta ideia que como temos o Português como língua comum. E na verdade eu recorde-me de vários estudos que fizemos, nomeadamente ao nível das escolas, não só em Lisboa mas em Portugal, e detetamos que os principais problemas localizavam-se muitas vezes em alunos, provenientes destes países em que a língua oficial é o Português. E os problemas que os professores nos diziam que tinham, tinham a ver com o domínio da língua, portanto, alunos de origem lusófona. -----

----- E mesmo interpelando muitas vezes estes imigrantes individualmente, e adultos mesmo, e no caso refiro-me a cidadãos brasileiros, em que referem que a língua numa primeira fase é um grande obstáculo, porque aparentemente não é assim tão parecida, ou não é assim tão próxima no dia-a-dia. -----

----- Portanto, importa também às vezes não partir daquilo que parecem ser plataformas de entendimento, que já são tidas como garantidas, e questionar um bocadinho o que é que isto efetivamente traduz em termos de área de integração destas populações. E é só isto.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “O Rui Pena Pires ainda pede para dizer uma pequena palavra.” -----

----- **Rui Pena Pires:** -----

----- “É muito rápido. -----

----- Se viermos a ter políticas de captação de imigrantes, o principal problema que temos de resolver em termos de integração, é impedir que a imigração seja irregular, esse é o principal, é o maior de todos os problemas da integração. -----

----- Eu a este propósito gostava de ver retomada a discussão, uma discussão que houve no passado que foi abandonada, que era a possibilidade de criação de vistos para a procura de emprego, que é um dos mecanismos mais inteligentes de promover essa entrada não irregular. Uma discussão sobre a criação de vistos temporários para a procura de emprego. Muita da irregularidade acontece porque as pessoas primeiro vêm procurar emprego e depois é que regularizam.”-----

----- ENCERRAMENTO -----

----- O Moderador: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu penso que demos início a este debate procurando sempre partir dos dados, dados estatísticos, dados objetivos, mas também já introduzindo aqui questões interessantes, como saber até que ponto é que se justificam estruturas e medidas específicas para os imigrantes ou para os cidadãos em geral.-----

----- E há aqui realmente, se calhar, algumas soluções de compromisso em que haverá aspetos específicos e outros, mas também não é preciso haver para tudo e mais alguma coisa, medidas próprias e específicas para os cidadãos imigrantes em especial. Se calhar há aqui algum compromisso inteligente a fazer.-----

----- Só para recordar a todos os presentes que não são Deputados Municipais, que a Assembleia Municipal aprovou hoje, por unanimidade, uma digamos, não só um Voto de Pesar por todos os imigrantes mortos e refugiados no Mediterrâneo, que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e que foi subscrito por vários Grupos Municipais, nomeadamente o PS e por outros Grupos Municipais.-----

----- E também uma Moção apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que foi subscrita também por vários Grupos Municipais e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Portanto é evidente que tudo isto também nos responsabiliza no prosseguimento destes debates, na data que está anunciada prosseguirão para discutir as questões da diversidade cultural e da participação política.-----

----- Portanto, a todos mais uma vez muito obrigado.-----

----- Vamos dispor destes materiais no nosso *site*, e portanto, para podermos continuar a trabalhar e refletir sobre estas matérias. Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quinze minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----